

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO**

ADÉLIA HONÓRIO DE CARVALHO

**A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO
BRASIL: AVANÇOS E RETROCESSOS**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA

2013

ADÉLIA HONÓRIO DE CARVALHO

A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL: AVANÇOS E RETROCESSOS

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

Orientador(a): Prof. MSc. Priscila P Gasparin

MEDIANEIRA

2013

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA



TERMO DE APROVAÇÃO

A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL: AVANÇOS E RETROCESSOS

Por

Adélia Honório de Carvalho

Esta monografia foi apresentada às..... h do dia..... **de..... de 2013** como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. O candidato foi argüido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho

Prof^a. M.sc. Priscila Pigatto Gasparin.
UTFPR – Câmpus Medianeira
(orientadora)

Prof Dr.
UTFPR – Câmpus Medianeira

Prof^a. M.Sc.
UTFPR – Câmpus Medianeira

Dedico este estudo a meus pais e irmãos pelo incentivo,
Aos meus verdadeiros amigos pela confiança,
E a Deus por ser à base da minha existência e das minhas realizações.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos.

Aos meus pais, e irmãos pela orientação, dedicação e incentivo nessa fase do curso de pós-graduação e durante toda minha vida.

Aos meus amigos que indiretamente estiveram presentes durante o decorrer desses meses de pós-graduação.

À minha orientadora professora *M.Sc Priscila P. Gasparin*, que me orientou, pela sua disponibilidade, interesse e receptividade com que me recebeu e pela prestabilidade com que me ajudou.

Aos pesquisadores e professores do curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, professores da UTFPR, Câmpus Medianeira.

Aos tutores presenciais e a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

Enfim, sou grata a todos que contribuíram para realização desta monografia.

“Não importa saber se a gente acredita em Deus:
O importante é saber se Deus acredita na gente”.

(MARIO QUINTANA)

RESUMO

CARVALHO, Adélia Honório de. A evolução Histórica da Educação a Distância no Brasil: Avanços e Retrocessos. 2013. Número de folhas 37: Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2013.

O presente estudo tem por objetivo discutir a evolução história da educação à distância (EAD) a partir da análise de aspectos históricos e de projetos em EAD no país. Buscou-se demonstrar que a Educação a Distância e o ensino presencial constituem duas modalidades de uma mesma função que é a educar e que a educação pode ser de qualidade ou não, independentemente de forma, nível ou modalidade em que se desenvolve. A partir da observação de publicações sobre a história da educação no país de diversos autores, principalmente o histórico da EAD no Brasil, discorreremos sobre algumas iniciativas que viabilizaram condições para o funcionamento da EAD, anteriores e posteriores a lei de Diretrizes e Bases Nº 9394/96, assim como a situação atual da educação à distância no Brasil, enfatizando os limites e as possibilidades propiciadas por essa modalidade de ensino no nosso país. Observou-se através das referências que muitas mudanças ocorreram dentro do Ensino a Distância e todas em ritmo muito acelerado, assim como verificou-se que as diversas tecnologias de comunicação e informação atualmente foram inseridas no contexto educacional tornando-se ferramentas importantíssimas para a comunidade educacional.

Palavras-chave: Educação a Distância, Educação a Distância no Brasil, Educação a Distância: Projetos, Tecnologia de Informação.

ABSTRACT

CARVALHO, Adélia Honório de. A evolução Histórica da Educação a Distância no Brasil: Avanços e Retrocessos. 2013 Número de folhas: 37. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2013.

This study aims to discuss the evolution history of distance education based on the analysis of historical aspects and projects in EAD in the country. We sought to demonstrate that the distance education and classroom teaching are two forms of the same function which is to educate and that education can be quality or not, regardless of the form, level or mode in which it develops. From the observation of publications on the history of education in the country by several authors, especially the history of distance learning in Brazil, discourse about some initiatives that enabled the conditions for the functioning of EAD, before and after the Law of Guidelines and Bases No. 9394 / 96, as well as the current status of distance education in Brazil, emphasizing the limits and the possibilities offered by this type of education in our country.

Keywords: Distance Learning, Distance Learning Brazil, Distance Learning: Projects, Information Technology.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
2.1 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, UM POUCO DE HISTÓRIA	13
2.2 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: CONCEITOS, DEFINIÇÕES E CARACTERÍSTICAS.....	14
2.3 HISTORIA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL: PROJETOS	17
2.4 A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL: IMPLANTAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, LEI 9394/96.....	23
2.5 A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS	24
2.6 EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA: A UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL.....	27
2.7 OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO A DISTANCIA NO BRASIL.....	29
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	31
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	32
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS ..	34
REFERÊNCIAS	35

1 INTRODUÇÃO

A educação brasileira ao longo dos anos vem buscando melhores condições, com relação à infraestrutura, formação de professores, inovação tecnológica entre outros fatores, os quais estão apresentando avanços significativos para uma educação de qualidade.

A maioria das instituições educacionais possui um ensino presencial, em que o professor e os alunos encontram-se presentes para ensinar e aprender, entretanto, esse tipo de educação não chega a todos, e aliado a esse ensino surge a Educação a Distância (EAD) que é uma grande “promessa” para a redemocratização da educação brasileira.

No decorrer da evolução histórica da educação como um todo, é possível perceber que existem muitos fatores que contribuíram para o desenvolvimento da EAD, a invenção da escrita, as cartas bíblicas, os livros escritos à mão, ou a invenção da imprensa por Gutenberg, em 1453, podem ser citados como exemplos e foram por meio dessas e de outras tantas tecnologias que surgiu a possibilidade de obter conhecimento sem a presença do professor, ou seja, sem a presença física dele.

No Brasil a EAD está em constante crescimento, busca capilarizar o ensino com uma educação cada vez mais popular e esta popularização está tendo uma grande aceitação em todo o país. Essa expansão tornou-se possível, graças ao auxílio das chamadas TICs (tecnologias de informação e comunicação), ferramentas facilitadoras, que ajudam a distribuir o conhecimento de forma rápida e abrangente fazendo com que, surjam assim novos papéis para o educador e para o educando, proporcionando novas atitudes e novas propostas pedagógicas.

Apesar de popular são poucas as informações disponíveis sobre esta modalidade de ensino, desta forma, são necessários estudos mais aprofundados sobre a evolução da EAD, em sua perspectiva histórica, partindo dos retrocessos e indo até os maiores avanços e desafios.

Desta forma, a presente pesquisa buscou demonstrar e esclarecer alguns dos pontos e projetos importantes sobre a EAD, não apenas enfatizando-a como difusora de conhecimento, mas também mostrando os motivos que levaram a esse crescimento expressivo no Brasil. Além disso, foram apresentados alguns

elementos históricos sobre a evolução da EAD entre os anos de 1920 a 2005, enfatizando os retrocessos e as possibilidades de avanços.

Com os resgates históricos e o levantamento de dados, o trabalho fornece informações, referente ao desenvolvimento e a importância da EAD no Brasil, em que pode ser utilizado como fonte de pesquisa para futuros estudos.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, UM POUCO DE HISTÓRIA

A partir da segunda metade do século XIX, o desenvolvimento da EAD pode ser considerado com êxito, a fim de qualificar e especializar mão-de-obra, face às novas demandas da nascente industrialização, da mecanização e divisão dos processos de trabalho e continuou ao longo do tempo (FREITAS, 2008). As primeiras experiências significativas em EAD no Brasil datam de 1920, no entanto apenas na década de 80 e 90 é que seu crescimento aumentou efetivamente.

A expansão desta modalidade não está acontecendo apenas no Brasil, mas em todos os lugares do mundo, por atingir um número elevado de pessoas, e por ter custo baixo. De acordo com Martins (2001), muitos acreditam que ela seja a chave da democratização da educação. De maneira geral a EAD causa polêmicas, alguns a aplaudem e outros a criticam, no entanto, ela existe e se expande em meio a um cenário de preconceitos e resistências (ALVES, 2009).

A partir de 1920, ano em que foi dado início aos maiores projetos nacional através da EAD – projetos esses que tinham os mais diversos objetivos como: levar educação através das rádios (Rádio Sociedade), profissionalizar um grande número de pessoas em pouco tempo (Instituto Universal Brasileiro) – até 2005, ano em que a EAD se expande definitivamente nas universidades públicas brasileiras através da implantação da Universidade Aberta do Brasil, essa modalidade de ensino recebeu muitas críticas, no que diz respeito à qualidade, avaliação, metodologias de ensino empregadas, ou seja, recebeu críticas como qualquer outra metodologia de aprendizagem que propõe algo fora daquilo que temos como parâmetro de tradicionalidade (as ditas salas de aulas), com seus professores sendo os disseminadores do conhecimento.

Apesar das barreiras e em meio às diversas dificuldades, nos dias atuais, a EAD passou a ser considerada pela sociedade uma das mais importantes ferramentas de propagação do conhecimento e de democratização da informação, propiciando aos alunos uma diversidade de recursos humanos e tecnológicos, colaborando assim de maneira bastante eficiente na formação continuada e na preparação de profissionais para atuar no mercado de trabalho.

Numa perspectiva global a EAD vem de encontro à necessidade de educação aos setores ou grupos da população que (por razões diversas) tem dificuldades de acesso a serviços educativos regulares. Entre essas razões destacam-se situações geográficas, e sociais, falta de ofertas em determinados níveis ou cursos na região onde residem ou, ainda as condições familiares, profissionais ou econômicas que, de um modo ou outro impedem o acesso ou a continuidade no processo educativo tradicional (BARRETO, 2006).

Com o avanço tecnológico e suas facilidades, a EAD esta se desenvolvendo com uma grande velocidade em todo o mundo. No Brasil, essa propagação rápida também acontece, porém, esbarra em obstáculos culturais que limitam o crescimento e o melhor entendimento dessa modalidade de ensino. Desta forma, é necessário que esses obstáculos sejam cada vez mais trabalhados, pois apenas quando o aluno passa a assimilar perfeitamente a possibilidade de manter relações de aprendizagem mediadas pela tecnologia é que o processo gerado pela Educação a Distância passa a ter validade.

Pesquisas apontam números impressionantes em relação à quantidade de alunos inseridos em cursos através da EAD, mas esses números são igualmente insuficientes para inibir os tradicionais questionamentos acerca da sua qualidade, eficiência, e da sua praticidade (PANIAGO, 2006).

2.2 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: CONCEITOS, DEFINIÇÕES E CARACTERÍSTICAS

De acordo com Pimentel (2006), o conceito de EAD abrange um imenso território de informações: suas características têm mais a ver com circunstâncias históricas, políticas e sociais do que com a própria modalidade de ensino.

O crescimento desenfreado das tecnologias de informação mediadas com transmissões via satélite, internet e material multimídia proporcionaram condições a um desenvolvimento muito grande da educação, principalmente da modalidade à distância. Existe um leque de possibilidades e de recursos que envolvem toda a metodologia relacionada à EAD, variáveis que não estão apenas relacionadas à aprendizagem, mas em todos os outros ramos que a envolve como o surgimento, e até mesmo para as definições sobre o que se entende por EAD.

São várias as concepções e conceitos utilizados pelos autores para se compreender essa modalidade de ensino. Na definição de Otto Peters:

Educação/Ensino a distância é um método racional de partilhar conhecimento, habilidades e atitudes, através da aplicação da divisão do trabalho e de princípios organizacionais, tanto quanto pelo uso extensivo de meios de comunicação, especialmente para o propósito de reproduzir materiais técnicos de alta qualidade, os quais tornam possível instruir um grande número de estudantes ao mesmo tempo enquanto esses materiais durarem. É uma forma industrializada de ensinar e aprender (PETERS, 1973 *apud* NUNES, 1992).

Além deste conceito, Moore descreve outra definição sobre EAD:

Educação a distância é uma relação de diálogo, estrutura e autonomia que requer meios técnicos para mediatizar esta comunicação. Educação a distância é um subconjunto de todos os programas educacionais caracterizados por: grande estrutura, baixo diálogo e grande distância transacional. Ela inclui também a aprendizagem (MOORE, 1990 *apud* BELLONI, 2001, p.31).

Em 1996, Moore reformulou sua definição mencionando a importância de meios de comunicação eletrônicos e de estrutura organizacional e administrativa específica:

Nessa perspectiva, alguns elementos são essenciais para que haja uma definição clara de EAD. Podemos destacar, por exemplo, o fato do processo educacional acontecer basicamente fora do ambiente escolar e com uma separação física entre professor e aluno, essa relação, por sua vez é mediada através dos meios tecnológicos disponíveis. O uso desses meios técnicos de mídia oferece ao educando recursos e acessos a ferramentas para que a interação entre os estudantes e os tutores (professores on-line ou presenciais) envolvidos no processo de ensino aprendizagem aconteça. Desta forma, o aluno tem possibilidade de acesso aos conteúdos e atividades que facilitarão o processo educativo.

É possível verificar que a EAD apresenta algumas características distintas da educação presencial, no entanto é também considerada uma prática educativa e uma realidade educacional em todo o mundo. De acordo com Neto (1991, p.12):

“a expressão 'à distância' deve ser entendida em relação á interação entre “o estímulo educativo” e o “destinatário do estímulo educativo”. Nesse sentido a Educação a Distância difere da Educação Presencial”. Nesta, a “ fonte do estímulo educativo” é o professor presente aos alunos, naquela, é

o professor que, embora ausente, se faz presente através de um canal de comunicação. Ainda quando um orientador da aprendizagem está presente, não se perde a característica “a distância”, por que esta pessoa não é a “fonte do estímulo educativo”, e sim, facilitadora da recepção e processamento do estímulo pelo “destinatário”.

De acordo com as definições apresentadas, é possível observar que alguns pesquisadores, enfatizam o papel do aluno, outros os meios tecnológicos, outros o autoconhecimento, e não apenas no que diz respeito às definições, mas também aos termos. É possível, encontrar vários autores que utilizam a expressão EAD de formas diferentes, por exemplo, ensino a distância, ensino aberto, educação aberta, etc., porém com sentidos basicamente equivalentes.

Para este trabalho o termo adotado é *Educação a Distância* (EAD), por ser mais abrangente, pretendendo, além de “transmitir” conhecimentos ao aluno, orientá-lo no desenvolvimento de suas capacidades e habilidades, envolvendo-o efetivamente.

As principais características da EAD segundo Teixeira (2002) são descritas a seguir: O aluno ganha a condição de agente eminentemente ativo, através da auto-aprendizagem, torna-se o centro do processo, aprendendo a pensar e a criar, respeitando-se o seu tempo, ritmo e método de aprendizagem, é um processo de ensino aprendizagem mediatizado pelos materiais didáticos, meios tecnológicos, tutoria que suprem a ausência física do docente. A separação física do professor e do aluno não exclui o contato direto dos alunos entre si ou do aluno com profissionais que possam ajudá-los no processo de aprendizado, isto é, tutoria. Ter ou não presencialidade é uma opção de estratégia que pode ser prevista em plano ou projetos pedagógicos de construção de conhecimento.

O modelo também é extremamente flexível possibilitando o envolvimento de alunos de várias características: idade, procedência, nível cultural, atuando individualmente ou em grupos, suprir as deficiências do ensino convencional complementando seus conteúdos, reforçando suas estratégias didáticas, ampliando seu alcance, capacitar recursos humanos através de formação, aperfeiçoamento e atualização, inclusive mediante treinamento de serviço, difundir indefinidamente o ensino de qualidade, produzido em centros de excelência, atendendo a interesses, culturais e sociais democratizando o acesso ao mesmo, pode ser considerado, portanto, o grande objetivo educação à distância.

A EAD não deve ser pensada como um modelo educacional de baixa qualidade, pois tem demonstrado ser um meio adequado a responder com categoria e em custos baixos a demanda crescente e flexível de indivíduos que necessitam de qualificação profissional, pode ser considerada uma estratégia economicamente viável que atende as expectativas pedagógicas para o desenvolvimento social e democratizado.

2.3 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL: PROJETOS

Nas últimas décadas foi possível perceber que houveram muitas experiências relacionadas à EAD no nosso país, tanto no ensino público como no privado, assim como, um esforço governamental relacionado à liberação de muitos recursos financeiros. É notável que o processo educacional gerado pela EAD ainda encontra algumas dificuldades de aceitação, porém inúmeros projetos efetivados ao longo dos últimos 80 anos contribuíram para a dispersão da EAD como uma excelente opção de ensino.

Um dos precursores da disseminação da EAD no Brasil, foi Roquette Pinto (1884-1954) cuja maior preocupação foi fazer com que os meios de comunicação estivessem a serviço da educação, assim insistentemente transmitia através das ondas radiofônicas o que no seu pensamento era o melhor da educação e da cultura brasileira. Como ele mesmo afirmava a “rádio era a escola de quem não tinha escola” (DUARTE, 2008). Essa foi uma preocupação constante no decorrer da sua trajetória de radialista e por muitos anos ele utilizou os recursos sonoros para democratizar a cultura e o progresso do país.

De acordo com Duarte (2008, p.12):

Roquette estava convicto da função social a ser desempenhada pelo rádio, meio capaz de levar aos confins do Brasil, notícias, informações e reflexões, contribuindo, sobremaneira, para o processo de conscientização política da população. O seu desejo e sua persistência em permitir o acesso de todos a uma forma de educação acessível, pelo uso do rádio, demonstraram sua preocupação incessante em instruir e educar os ouvintes através da Rádio Sociedade.

Um dos grandes projetos realizados por ele teve início em 01 de maio de 1923, quando Roquette Pinto juntamente com os seus 'filiados' fundaram a Rádio Sociedade no Rio de Janeiro, a mesma era constituída na forma de associação e financeiramente era mantida através de um pequeno orçamento vindo da mensalidade dos próprios sócios. Logo após sua criação, Roquette Pinto elaborou um Estatuto social para a instituição e entre os vários parágrafos existentes pode-se destacar o 3º que assim prescreve:

“A Rádio Sociedade, fundada com fins exclusivamente científicos, técnicos, artísticos e de pura educação popular, não se envolverá jamais em nenhum assunto de natureza profissional, industrial, comercial ou política.” (MILANEZ, 2007, pag. 18).

Apesar deste desejo, com o decorrer dos anos algumas modificações na legislação que controlava as comunicações exigiram que todas as estações radiofônicas aumentassem a potência de seus transmissores, demandando assim uma reestruturação técnica e funcional das emissoras de rádio, e uma consequente busca por maiores recursos financeiros. Preocupado com a situação e em busca de alternativas que livrassem a Rádio Sociedade da falência, em 1930 ela entra em sua fase comercial, no entanto receando que ela perdesse suas características iniciais de rádio cultural e educativa, Roquette-Pinto no dia 07 de setembro de 1936 doou a emissora para o Ministério da Educação, a rádio então se transformou na Rádio Ministério da Educação, (Rádio MEC-AM), a doação foi feita para um órgão governamental por que além de perder suas características educativas, Roquette temia as restrições que poderiam ser impostas pela Ditadura e assim que a rádio seguisse rumos comerciais ou políticos comprometendo a finalidade educacional (FIGUEIREDO, 2003).

Pouco tempo antes da transição da Rádio Sociedade para Rádio Ministério da Educação, e temendo que as características da Rádio Sociedade se desconfigurassem depois da doação, em 1933 Roquette já pensava em implantar uma nova rádio que mantivesse os mesmos objetivos educacionais e culturais que ele sempre propunha, então ele buscou o apoio de Anísio Teixeira, um educador revolucionário que tinha como proposta introduzir no país uma escola que formasse indivíduos conscientes e que fosse acessível a todos, Anísio Teixeira difundiu os pressupostos do movimento da Escola Nova, que tinha como princípio a ênfase no desenvolvimento do intelecto e na capacidade de julgamento (BRIZA, 2004).

De acordo com Barreto (2006) a participação de Anísio foi também fundamental na elaboração e aprovação da Lei de Diretrizes e Bases de 1961, que definiu os rumos da educação no Brasil. Seu nome está vinculado ao campo da filosofia da educação no Brasil. Anísio Teixeira compreendia criticamente todo o contexto social e cultural do seu tempo, acreditava que se a sociedade passava por mudanças era preciso que a Nova Escola preparasse um novo homem, um homem moderno que pudesse integrar-se á uma nova sociedade que deveria ser essencialmente democrática.

O projeto foi desenvolvido e em 1934, nasceu a Rádio Escola Municipal do Rio de Janeiro. A educação a Distância no país então, tomou um novo rumo, dando um grande salto em busca de desenvolvimento, a rádio escola permitia que os alunos tivessem acesso prévio a folhetos e esquemas de aulas, podiam também utilizar a correspondência para manter contato direto com a instituição, além da própria emissão radiofônica que era realizada pela rádio (BARRETO, 2006).

Em 1950 Roquette Pinto também fundou a primeira televisão do país, a Tv Tupi. Sua proposta era usar esse meio de comunicação de massa para disseminar o ensino. Com o apoio de José Oliveira Reis, Roquette elaborou um plano para a instalação de um canal de televisão com fins educativos. O projeto técnico foi aprovado, obteve-se a concessão do canal da Tv e a emissora foi comprada de uma empresa norte-americana. No entanto mudanças administrativas na cidade do Rio de Janeiro impossibilitaram o pagamento dos débitos relativos à compra da emissora e em função disso ela não foi instalada. O projeto feito por Roquette e José Oliveira foi, apesar disso, aproveitado pela referida empresa como modelo para vários outros países (BARRETO, 2006).

Outro feito importante para a efetivação da EAD aconteceu em 1941, quando surgiu no Brasil o Instituto Universal Brasileiro, em São Paulo, uma instituição privada de ensino a distância, que usava a correspondência como interação entre instituição/aluno. Naquele momento o Instituto era uma alternativa de educação para o trabalho voltada especialmente as classes populares e constituiu-se no maior difusor de cursos profissionalizantes à distância no país, no século XX.

No estado de São Paulo, já em 1947, o SENAC, SESC e emissoras associadas, fundaram a “Nova Universidade do Ar”. Essa parceria fez com que a educação à distância brasileira desse um passo gigantesco, nesta época ainda era muito raro o desenvolvimento de qualquer tipo de ensino fora das tradicionais salas

de aula, a instituição criava uma das mais revolucionárias iniciativas vistas até então, a Unar (Universidade do Ar), durou até 1962 e beneficiou mais de 91 mil pessoas (PORTAL SENAC, 2006.)

De acordo com Pimentel (2006), na década de 60, a Igreja Católica e o Governo Federal conceberam o projeto MEB (Movimento da Educação de Base), que tinha como propósito máximo educar e abrir os caminhos de milhares de pessoas que viviam sem possibilidades de estudar e desta forma, tornando-se vulneráveis aos desmandos ditatoriais. Como ferramenta de propagação de ensino, era utilizado um sistema rádio-educativo, que tinha entre outros objetivos, a educação, conscientização, politização, e educação sindicalista. O projeto desenvolveu uma pedagogia popular, e teve grande sucesso, chegando a atingir 14 estados do país.

Ainda segundo o autor em 1965, último ano do projeto tinha-se um total de 4.522 escolas radiofônicas de recepções organizadoras. No entanto o Movimento da Educação de Base foi vítima e sucumbiu em 1964 a Ditadura Militar que destruiu a idealização do projeto de levar educação e liberdade de expressão a toda à população que dela necessitasse.

Na mesma década, o Ministério da Educação solicitou e obteve do Conselho Nacional de Telecomunicação a reserva de 48 canais de VHF e 50 de UHF, que seriam utilizados exclusivamente para fins educacionais. Esses números foram ampliados, no decorrer dos anos, a fim de garantir a existência de pelo menos um canal dessa natureza em cada estado e cidades consideradas mais importantes no país. Em 1965, a Secretaria de Educação do estado do Rio Grande do Sul e o Ministério da Educação firmaram um novo convênio, criando o serviço de Rádio e Televisão Educativos (BARRETO, 2006).

Em 1970, em função de um convênio aberto entre a Fundação Padre Landell de Moura e a Fundação Padre Anchieta nasceu o Projeto Minerva. O projeto foi iniciado do dia 1 de setembro de 1970, e recebeu este nome em homenagem a deusa grega da sabedoria. Do ponto de vista legal foi ao ar tendo como escopo um decreto e uma portaria interministerial de número 408/70, que determinava a transmissão de programação educativa em caráter obrigatório, por todas as emissoras de rádio do país. Esta obrigatoriedade foi fundamentada através da lei 5.692/71 (NISKIER, 1999).

De acordo com Monteiro (1997) este novo projeto buscava atender aos anseios do governo militar brasileiro que, desde 1964, propunha uma mudança radical no processo educativo com a utilização do Rádio e da Televisão. Na concepção governamental, os meios eletrônicos (Rádio/Televisão) solucionariam imediatamente os problemas educacionais existentes. Cogitou-se, então, a implantação de uma cadeia de Rádio e Televisão educativas para a educação de massa por meio de métodos e instrumentos não convencionais de ensino.

Além de usar o rádio como meio de comunicação de massa para fins educativos e culturais, o Projeto Minerva visava atingir a pessoa onde ela estivesse para desenvolver suas potencialidades. Era voltado ainda à divulgação e orientação educacional, pedagógica e profissional, inclusive à programação cultural de interesse das audiências. Seus programas se concentraram nas áreas do ensino supletivo e de educação de base (MONTEIRO, 1997).

O objetivo maior do projeto era atender a lei número 5.692/71 (Capítulos IV, artigos 24 e 28) que dava ênfase à educação para jovens e adultos, atendendo aos níveis de 1º e 2º graus. Segundo Castro (2007), o programa era destinado especialmente a alunos com 16 anos com nível de escolaridade correspondente a 4º série. Entre as metas a serem atingidas estavam destacadas a formação básica para que o cidadão viesse a ser participativo e integrante de sua sociedade.

De acordo com Castro (2007) as principais características do Projeto Minerva eram:

- Contribuição para renovação e o desenvolvimento do sistema educacional e para a difusão cultural, conjugando o rádio e outros meios;
- Complementação ao trabalho desenvolvido pelo sistema regular de ensino;
- Possibilidade de promoção da educação continuada;
- Divulgação de programação cultural de acordo com o interesse da audiência;
- Elaboração de textos didáticos de apoio aos programas instrutivos;
- Avaliação dos resultados da utilização dos horários da Portaria número 408/70 pela emissora de rádio
- O rádio foi escolhido quanto a idealização do projeto em função dos seguintes aspectos:

- Custo mais baixo no que se referia a aquisição e manutenção de aparelhos receptores;
- A familiaridade da clientela com o referido meio de comunicação.

O Projeto Minerva foi por muito tempo divulgado através da televisão, principalmente durante a época do regime militar em 1964, no entanto o projeto durou até o início da década de 80, sua eficiência sempre foi questionada pelos seus usuários, pois as aulas, que aconteciam através de programas radiofônicos prontos, não levariam em conta a diversidade cultural de seus alunos, já que onde estivessem receberiam o mesmo conteúdo. Não havia a preocupação em partir do conhecimento que os alunos já possuíam, eles eram colocados na posição de consumidores de informações. Havia também o uso político do rádio, visando fortalecer a ideologia dominante, reforçada pelo nacionalismo na Ditadura Militar (BARROS, 2008).

Outro aspecto relevante é que as demais emissoras de rádios eram obrigadas a transmitir a programação feita pelo projeto e, com o passar dos anos, sua atuação foi considerada anacrônica. Com o tempo o Projeto Minerva passou a ser muito criticado, principalmente pelo pouco tempo destinado à alfabetização e pelos critérios utilizados na verificação da aprendizagem. Ficando novamente claro os fracassos nos objetivos iniciais de superar o analfabetismo no Brasil, o projeto chegou ao fim na década de 80, com o fim ditadura militar no nosso país (FREITAS, 2005).

De acordo com Barreto (2006), ainda na década de 70, a fundação Roberto Marinho iniciou um programa de educação supletiva à distância, para o Primeiro e Segundo Graus (atualmente Ensino Fundamental e Médio), utilizando multimeios que incluíram o rádio, a televisão e material impresso.

No final da década de 80 e com o fim do período da ditadura Militar, o Ministério da Educação começou a desenvolver novas iniciativas. A partir de então foram criadas várias portarias que incentivaram o crescimento da educação à distância no Brasil, como a portaria nº 511 de 27 de setembro de 1988 que constitui um grupo de trabalho para elaborar políticas relacionadas à educação à distância e formular novas propostas de cursos para serem ofertados nessa metodologia, utilizando para esses fins as correspondências e as técnicas correlatas. O MEC criou também; nessa mesma época, o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais

(INEP) e a Coordenadoria de Educação a Distância, sendo que esta última tinha como principal objetivo fomentar estudos, pesquisas e programas na área de EAD.

No ano de 1989 foi desenvolvida uma nova Portaria Ministerial (nº 117/89), e através do Ministério da Educação criou-se um grupo de assessoramento para apresentar propostas que permitissem o encaminhamento de ações capazes de viabilizar de implantação da educação à distância nos três graus de ensino no país (Barreto, 2006).

2.4 A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NO BRASIL: IMPLANTAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, LEI 9394/96

A luta pela implantação de um novo meio educacional que suprisse a demanda e democratizasse a educação, foi demorada e difícil, e apesar das primeiras experiências no Brasil datarem de 1904, com as Escolas Americanas, apenas da década de 90, com a implantação da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, através da lei 9394/96 que a EAD, deixa de ter um caráter emergencial e supletivo, e adquire reconhecimento legal.

A partir da aprovação desta lei, datada de 20 de dezembro de 1996, a EAD, passa a ser uma modalidade de ensino, que goza de características próprias e diferenciadas, e que possui como principal foco, a mediação didático pedagógica nos processos de ensino aprendizagem, se utilizando para tanto de novos meios e tecnologias de informação e comunicação, onde estudantes e professores, poderão desenvolver suas atividades educacionais em lugares ou campos diferentes.

A lei 9394/96 não apenas converteu a EAD em objeto formal, como também criou novos caminhos que possibilitaram o grande desenvolvimento desse tipo de ensino, como a criação da SEED – Secretaria da Educação à Distância, que tinha como objetivo levar para a escola pública toda a contribuição que os métodos e tecnologias de educação à distância pudessem prestar a construção de um novo paradigma para a educação brasileira, de acordo com esse desígnio a SEED, desenvolve vários projetos, como a PROINFO (Programa Nacional de Tecnologia Educacional) que pretende levar a informática para as escolas, o PAPED (Programa de apoio à pesquisa em Educação a distância) e a RIVED(Rede internacional Virtual de Educação) é uma rede interativa virtual de educação entre tantas outras

iniciativas que mostraram as intenções do governo em investir cada vez mais na EAD no Brasil.

As vantagens que a aprovação da lei 9394/96 ofereceu foi muito além do reconhecimento oficial da educação à distância, a instituição da Década da Educação, por exemplo, que teve início junto com a publicação desta mesma lei, e que diz que a partir de 2007 somente poderiam ser admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço (BRASIL, 2001), só se tornou possível através da possibilidade de utilizar a EAD para a formação desses professores. No Brasil muitos programas desenvolvidos pelo próprio governo, estão surgindo para que o aprimoramento desses docentes, muitos desses projetos são baseados através da EAD, como é o caso da TV escola e Um salto para o futuro.

Com o decorrer dos anos, e com a retificação oficial dessa modalidade de ensino, o crescimento de ofertas de cursos à distância em nível superior foi muito grande, assim como o número de instituições que pediram autorização para oferecer ou se credenciar junto ao MEC (COSTA, 2005). Na sua grande maioria os pedidos de autorização foram para cursos de formação de professores como os de licenciatura e pedagogia.

2.5 A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

A maior parte das Instituições de ensino superior brasileiras mobilizou-se para a educação à distância com o uso de novas tecnologias da comunicação e da informação a partir da década de 90. Em 1994, segundo Pimentel (2006), teve início à expansão da Internet no ambiente universitário, dois anos depois, pela primeira vez a EAD fez parte da legislação da educação no Brasil.

Com a utilização pela maioria das pessoas das mídias atuais, através dos computadores, rádios, televisão e o acesso à internet, várias mudanças de ensino-aprendizagem aconteceram, e com elas as grandes mudanças de paradigmas do ensino superior, uma vez que esse avanço nas telecomunicações colaborou e transformou-se no carro chefe da educação a distância, proporcionando acesso a sistemas educacionais em diferentes níveis, permitindo atender a muitas necessidades dos alunos.

De acordo com dados da Secretaria Estadual de Educação (2007) a partir da promulgação da lei que deu reconhecimento legal da educação à distância - Lei de Diretrizes e Bases nº 9394-96 - foi possível observar que houve um crescimento na oferta de cursos de educação à distância no ensino superior, tendo em vista o grande número de instituições que solicitaram autorização para a oferta de cursos superiores à distância e o credenciamento da instituição junto ao Ministério da Educação, atendendo às disposições da legislação educacional vigente.

Do ponto de vista legal, teve-se em 1996 a consolidação da última reforma educacional brasileira, instaurada pela Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96, que oficializou na política nacional a era normativa da educação à distância no país como modalidade válida e equivalente para todos os níveis de ensino.

Pela primeira vez na história da legislação ordinária, o tema da educação a distância se converteu em objeto formal, consubstanciado em quatro artigos que compõem um capítulo específico: o primeiro determina a necessidade de credenciamento das instituições; o segundo define que cabe a união a regulamentação dos requisitos para registro de diplomas e o terceiro disciplina a produção, o controle e a avaliação de programas de educação a distância, e o quarto faz referência a uma política de facilitação de condições operacionais para apoiar a sua implementação, conforme o texto a seguir:

Artigo 80 da Lei 9394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

1º A educação à distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas (LDB 9394/96).

A Lei 9.394 estabelecia ainda a exigência de que, a partir de 2006, todos os professores que viessem a ser contratados para ministrar aulas no ensino Fundamental e Médio deveriam estar habilitados, com o Ensino Superior. Esta exigência criou um movimento em direção à qualificação dos professores leigos que já estavam no exercício da profissão, apontando para o uso da educação a distância como ferramenta para a oferta das licenciaturas então necessárias (VIANNEY; TORRES; SILVA, 2003).

De acordo com O Ministério da Educação formou, em 1997, um grupo de especialistas para criar a regulamentação do artigo 80 da LDB. Como resultado deste trabalho surgem os Decretos 2.494 e 2.561, em fevereiro e abril de 1998, respectivamente, e a portaria 301, de 7 de abril de 1998, formando o conjunto de instrumentos que indicaram os procedimentos que deveriam ser adotados pelas instituições para obter o credenciamento do MEC para a oferta de cursos de graduação a distância (SEED, 2007).

Em abril de 2001 o Conselho Nacional de Educação edita a Resolução 01, que disciplina a oferta dos cursos de pós-graduação a distância no país, fixa limites e estabelece exigências para o reconhecimento de cursos a distância ofertados por instituições estrangeiras. Ainda em 2001 o Ministério da Educação publica a portaria 2.253, que permite às universidades, centros universitários, faculdades e centros tecnológicos oferecer até 20% da carga horária de cursos já reconhecidos na modalidade à distância (MELO; LUZ, 2005).

Para avaliar as regulamentações do artigo 80 da Lei 9.394 (LDB), verificar necessidades de mudança nas normatizações e rediscutir as políticas públicas para a área da educação à distância, o MEC criou em janeiro de 2002 uma Comissão Assessora para Educação Superior a Distância, formada por especialistas em EAD, representantes de instituições públicas e privadas, e de membros do próprio ministério. Em agosto de 2002 o grupo de trabalho conclui pela indicação de uma nova regulamentação, na forma de um novo Decreto, revogando os Decretos 2.494 e 2.561, editados em fevereiro e abril de 1988. O relatório da comissão destacava, ainda, entre as necessidades de mudança (PIMENTEL, 2006):

- Revisão dos critérios e procedimentos adotados pelo MEC para autorizar e reconhecer cursos a distância;
- Construção de Padrões Nacionais de Qualidade para EAD;
- Eliminar a necessidade de credenciamento específico para EAD para as

instituições já autorizadas pelos sistemas para atuar no ensino presencial;

- Integrar a EAD ao planejamento pedagógico das instituições por meio do Plano de Desenvolvimento Institucional, referenciados pelas diretrizes curriculares e pelos padrões de qualidade nacionais de cursos;
- Comprometimento dos projetos pedagógicos com a justiça social e com a heterogeneidade, em direção a um patrimônio social comum.

Desta forma, a oficialização da EAD e o desenvolvimento tecnológico contribuíram para a expansão da oferta de cursos superiores a distância em função da existência de uma demanda social reprimida que exerce, a todo instante, uma grande pressão pelo crescimento de vagas no Ensino Superior, como também o resultado do aumento do número de concluintes do Ensino Médio, os quais, a cada ano, são impedidos de ter acesso ao Ensino Superior em função da falta de vagas.

Em função dessa demanda e da falta de investimento nas Instituições de Ensino Superior públicas, surgiu, por parte do governo federal, um discurso em prol da modernização e racionalização das universidades públicas, que indicava a necessidade de se buscar alternativas capazes de acompanhar a demanda de formação que a sociedade está a exigir, sendo a EAD apontada como uma possibilidade para democratizar o acesso ao Ensino Superior público e gratuito no Brasil.

Do conjunto de ações governamentais e privadas em EAD, destacou-se, em 2005, a criação da Universidade Aberta do Brasil, projeto do MEC com o Fórum das Estatais pela Educação e em parceria com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. A prioridade do MEC é atender à demanda de quase um milhão de professores em exercício no ensino básico que não têm a formação necessária (PINTO, 2004).

2.6 EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA: A UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

Até o ano de 2005 o Brasil era um dos poucos países da América Latina que não havia ainda implantado um sistema público de educação superior aberta e a

distância. No entanto desde a década de trinta pode-se identificar iniciativas ou movimentos (privadas e públicas) que apontam nessa direção.

Com o reconhecimento da EAD na legislação educacional vigente, a discussão sobre a criação da Universidade Aberta do Brasil passou a fazer parte das prioridades do Ministério da Educação. De acordo com o diretor de políticas em educação à distância do Ministério da Educação (MEC), Hélio Chaves, o projeto da Universidade Aberta não nasceu de forma isolada, mas já integrada em um contexto ligado a uma série de projetos de educação à distância já instalados. O propósito da UAB é levar cursos de licenciatura aos municípios distantes dos grandes centros. A educação à distância em instituições de ensino superior é uma prática recente no Brasil, que, de acordo com o próprio MEC, começou a se firmar em 1997, quando foram ofertados os primeiros cursos de graduação na modalidade à distância. O credenciamento por parte do governo federal ocorreu apenas entre 1999 e 2002. De acordo com Franco, (2006), *apud* Costa (2005, p. 12):

Como já houvera rejeição quanto à criação de uma universidade aberta brasileira, e mesmo pelo fato que em termos orçamentários, a criação de uma nova instituição nesses moldes seria algo extremamente complicado, era necessário adotar-se uma política que incentivasse a criação de universidades bimodais (presenciais e a distância).

No entanto, a partir das experiências de EAD desenvolvidas nos últimos anos pelas universidades públicas brasileiras, o Ministério da Educação retomou a discussão sobre a possibilidade de organização de uma Universidade Aberta, que tem como ponto de partida a criação do Fórum das Estatais, em 2004, com o objetivo de se propiciar espaço de diálogo e interlocução entre o Ministério da Educação, Governo Federal, Estatais brasileiras e toda sociedade brasileira, para análise e debate das questões estratégicas ligadas ao desenvolvimento sustentável do País, com especial destaque para a busca de soluções para os problemas ligados a educação (COSTA, 2005).

Para Pimentel (2006) o projeto da UAB é uma nova possibilidade de inserção das instituições de ensino superior através da EAD, pra tanto, é necessário entender os seus objetivos educacionais antes de se deixar levar pelas possibilidades de modernização em curto prazo. Segundo os documentos do Fórum das Estatais em 2000 a UAB propôs:

- Expansão pública da educação superior, considerando os processos de democratização e acesso.
- Aperfeiçoamento dos processos de gestão das instituições de ensino superior, possibilitando sua expansão em consonância com as propostas educacionais dos estados e municípios;
- A avaliação da educação superior a distância tendo por base os processos de flexibilização e regulação em implementação pelo MEC;
- As contribuições para a investigação em educação superior à distância no país.
- O financiamento dos processos de implantação, execução e formação de recursos humanos em educação superior a distância.

Tendo como base o aprimoramento da educação a distância, o Sistema UAB visa expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior. Para isso, o sistema tem como base, fortes parcerias entre as esferas federais, estaduais e municipais do governo (PIMENTEL, 2006).

2.7 OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL

Não podemos afirmar que exista algum tipo de restrição metodológica no que diz respeito à modalidade de educação à distância, porém, como em qualquer outro tipo de ensino existem algumas problemáticas que poderão ser enfrentadas.

A Educação a Distância, como uma possibilidade pedagógica, requer das instituições educacionais que alterem significativamente sua rotina de trabalho: políticas e procedimentos de inscrição de alunos em disciplinas, horários das aulas, procedimentos de avaliação e presença nas atividades de ensino. Apresenta-se, na esfera pedagógica, como mais uma opção metodológica que, por sua relevância e características próprias (distintas das identificadas na educação presencial), impõe a necessidade de novas aprendizagens, possibilitando inovação nos procedimentos de ensino o que merece especial atenção (MEC, 2008, p.2).

O fato de desenvolver os conteúdos em tempos e espaços diferentes, provavelmente limite o desenvolvimento de conteúdos que precisam de muitas horas de trabalho e de muito trabalho relacionado às experiências em laboratórios por exemplo. Em cursos como medicina, por exemplo, dificilmente seria possível comunicar o conteúdo via as tecnologias disponíveis, no entanto sabemos que situações como essas podem ser parcialmente resolvidos, por que nem tudo na educação a distância ocorre assim, pois tecnicamente seria possível planejar

situações presenciais que se incorporam ao sistema à distância, como estágios ou práticas de ensino. Desta forma o aluno faria a parte presencial daquilo que não pode ser construído à distância e faria a distância tudo aquilo que pode ser assim desenvolvido, como os conhecimentos teóricos por exemplo (CORDERO, 2004).

De acordo com a UNESCO (1997) alguns dos problemas mais comumente identificados em torno dessa forma de ensino condizem a falta de estrutura tecnológica adequada, deficiências no planejamento e na programação, falta de recursos humanos qualificados, com formação voltada para a área e de assessoria profissional, falta de recursos financeiros e de reconhecimento de sua equivalência educacional.

Uma das principais necessidades da EAD é adequar-se as necessidades e características dos estudantes, pois o intercâmbio e a interação entre eles são facilitados, esse intercâmbio é constante na troca de conhecimento, pois os problemas são colocados e os ambientes são caracterizados como ambientes de aprendizagem colaborativa e os alunos deverão estar engajados em um processo que os tornam participantes ativos do ambiente de ensino e aprendizagem, fazendo com que os alunos e professores sintam a necessidade de se adaptar a novos ambientes de aprendizagem e a novas nomenclaturas tais como: Campus Virtual, aulas virtuais, bibliotecas eletrônicas, teleconferências, videoconferências, professores orientadores, tutores, alunos (participativos e problematizadores) e estarem constantemente com as pesquisas no campo. Elas sempre oferecem alguma contribuição que tende a facilitar cada vez mais o processo de construção individual de conhecimento.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Este trabalho caracteriza - se pela análise bibliográfica feita por meio de fichamentos de textos e análises de projetos implantados no Brasil, que usam ou usaram a EAD para a sua divulgação e disseminação. Foi apresentado por meio de diversos autores os limites e os avanços que esta modalidade de ensino pode representar para o Brasil.

A pesquisa é bibliográfica, pois, busca ampliar o grau de conhecimento deste tema por meio de teorias já publicadas em livros, sites, e projetos do mesmo gênero de estudo. Assim como, tenta demonstrar seus objetivos através da análise de contribuições teóricas já existentes; também é descritiva, pois a pesquisa descritiva é como aquela que dados são registrados e analisados, sem interferência do pesquisador. Procura-se descobrir a frequência com que um fato ocorre, sua natureza, características, causas, relações com outros fatos (ALMEIDA ,1996).

Para a elaboração dos instrumentos de coleta de dados primeiramente foi realizada uma pesquisa bibliográfica, por meio de consultas a fontes direta ou indiretamente relacionadas ao tema, além da análise de fichamentos de textos já desenvolvidos.

A análise dos dados foi realizada através da observação dos fichamentos, dos textos e dos sites direcionados ao histórico da EAD, a fim de identificar sua história no Brasil.

A partir da análise dos dados foi possível identificar quais os limites e as possibilidades de acesso à cultura e a educação que esta modalidade de ensino pode oferecer.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No decorrer deste estudo percebeu-se que a Educação à Distância e o ensino presencial constituem duas modalidades de uma mesma função que é a educação. A educação pode ser de qualidade ou não, independentemente de forma, nível ou modalidade em que se desenvolve.

A qualidade está ligada a outros fatores, como a capacidade científica e humanística dos professores, a possibilidade que eles efetivamente têm de se aperfeiçoarem, pesquisarem e estarem em dia com os avanços da ciência, e a relação pedagógica que estes conseguem estabelecer com os alunos. Outro fator essencial é a qualidade dos alunos, uma vez que eles e os professores constituem os dois pólos de um mesmo processo. Sem a dedicação, disciplina, interesse e vontade efetiva do aluno em aprender, o processo não se completa.

O desenvolvimento da Educação à distância foi extremamente impulsionado nas décadas recentes pelas Tecnologias de Informação e Comunicação. Através da televisão, do computador e da internet, o ensino não-presencial adquiriu um novo impulso estendendo suas possibilidades de acesso e aplicação. Em outros termos, com a combinação das tecnologias de comunicação como televisão, computador e telefone, a Educação à Distância assumiu uma nova roupagem, apresentando inúmeras possibilidades de atender às necessidades multiculturais relacionadas ao saber de diferentes alunos potenciais distantes no tempo e no espaço.

Essa nova modalidade de ensino, a educação à distância vem se destacando diariamente. Hoje ela faz parte do dia-a-dia de professores e alunos assim como de toda a sociedade mundial principalmente do ensino superior. Não há como desconhecer suas possibilidades num país como o Brasil, tão necessitado de informação, formação e educação.

Durante muito tempo, a universidade usou a “desculpa” da ausência de uma legislação adequada para que a educação à distância fosse adotada de uma maneira sistemática em diversos cursos. Com isto, não se tinha no mundo acadêmico uma cultura favorável a um trabalho não presencial. Com algumas portarias e, com as novas legislações estabelecidas pelo Ministério da Educação, as universidades estão sentindo a necessidade de adotar em algumas atividades de ensino aprendizagem e em cursos de graduação e pós – graduação a Educação à

distância, pois vivemos em um mundo globalizado em que o acesso a informação tem se tornado cada vez mais rápido, desta forma não há como deixar esta oportunidade de acesso ao conhecimento de lado. Com relação aos cursos de graduação e pós-graduação, esta modalidade de ensino tem oportunizado várias pessoas que moram longe das universidades, ou que trabalham o dia todo e não tem tempo de frequentarem um ensino presencial a terem acesso à educação, sem este recurso tecnológico, muitos ficaram limitados à busca de mais capacitação.

Sabe-se que a educação à distância tem um caminho enorme a percorrer e deve encontrar com urgência saídas para os desafios que realmente apresenta. Para Costa, Fagundes e Nevado (1998), a educação à distância se constitui numa mudança, numa nova realização do fazer educativo que contempla novos processos, produtos e serviços. Necessita de investigação para ser melhor conhecida e melhorada e , também, existe a necessidade de investigar para elaborar, consolidar ou modificar o campo teórico que sustenta essa modalidade de ensino.

Segundo Marín Ibáñez (1998), a educação à distância é uma das tendências mais vigorosas e inovadoras para o século XXI. Ela responde aos ideais de igualdade de oportunidades, de educação permanente e às exigências de uma economia de escala, superando os limites tempo/espaço e restrições econômicas. Pode responder, por um lado, a uma demanda global, já inevitável e por outro, a uma adaptação aos interesses e as circunstâncias pessoais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro do contexto histórico desenvolvido por esse trabalho, é possível perceber que a EAD dentro do cenário mundial vem ao encontro das pessoas que por algum motivo não tiveram oportunidade para concluir seus estudos ou aperfeiçoar-se para o mercado de trabalho através da educação presencial, e que essa metodologia é promissora e avança de forma desenfreada, pois atinge um grande número de pessoas, em locais diversos e com baixos custos.

No Brasil, esse crescimento também é evidente e o desenvolvimento de novas tecnologias de informação e comunicação contribui para essa disseminação. Hoje o que percebemos é uma educação à distância de qualidade e para muitas pessoas a única chance de ter acesso ao conhecimento, assim como uma alternativa para regiões cujo incentivo governamental nem sempre são suficientes, resumidamente podemos concluir que a EAD aos poucos está modificando o cenário educacional brasileiro, conquistando vitórias e mudanças positivas em todo o meio social.

Enfim, no decorrer dos anos (1920-2005), muitas mudanças ocorreram e o ritmo acelerado com que a EAD é difundida está inteiramente ligada às diversas tecnologias de comunicação e informação que foram inseridas no contexto educacional tornando-se ferramentas que proporcionaram oportunidades ímpares para toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. L. P. **Monografia**. In:_____. Como elaborar monografia. 4. ed. Revista e atualizada. Belém: Cejup. 1996.

ALVES, J. R. M. **A história da EAD no Brasil**. 2º Capítulo do livro: Educação a Distância o Estado da Arte. LITTO, F. M. e FORMIGA, M. (orgs). São Paulo: Pearson Education, 2009.

BARRETO, L. S. Educação à distância: Perspectiva histórica. **Revista Estudos**, n.26, 2006.

BARROS, E. . **Reflexões sobre a educação a distância e tecnologias**. Disponível em <http://www.gessicatecedu.blogspot.com/2008/06>. Acesso em 29 de junho de 2012.

BELLONI, M. L. **Ensaio sobre a Educação a Distância no Brasil**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em 31 de julho de 2012.

BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura**. Lei 9394/96. 2001

BRIZA, L. Anísio Teixeira- o defensor da escola pública na teoria e na prática. **Revista Nova Escola**. N. 178, São Paulo, p.1-3, dez, 2004.

CASTRO, M. P. O Projeto Minerva e o desafio de ensinar matemática via rádio. **Dissertação de Mestrado Profissional**. 105 p. PUC/SP. 2007.

CORDEIRO, J.M. **Perspectivas da educação a distância**. Disponível em: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/jornal/materiais/0177.html>. Acesso em 07/08/2012.

COSTA, M. L. F. **Ensino Superior à Distância no Brasil: Políticas Públicas e estratégias de gestão**. Disponível em: <http://www.cibersociedad.net/congres2006/gts/comunicacio.php?llengua=po&id=374>. Acesso em 05 de março de 2012.

DUARTE, Gilmar Pereira. **As funções do tutor online [manuscrito]: análise da interatividade tutor/aluno no projeto piloto do curso de administração de empresas da Universidade Federal do Piauí** / Dissertação de Mestrado. Brasília: Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, 2008. Disponível em: <<http://biblioteca.fe.unb.br/pdfs/2009-04-081633gilmar.pdf>> . Acessado em: 12 mar. 2012.

FIGUEIREDO, A. Roquette **Pinto e a rádio educativo no Brasil**. Disponível em http://www.geocities.com/preserveoam/edgar_roquettepinto.htm. Acesso em 23 de junho de 2012.

FREITAS, R. C. de O. **Construção de conceitos matemáticos no ensino técnico para jovens e adultos- Uma experiência nos CEFETS.** Disponível em: <http://www.redealcar.jornalismo.ufsc.br>. Acesso em 29 de julho de 2012.

FREITAS, E. P. de. **Uma análise no ensino da Geografia utilizando as representações cartográficas no 2º ciclo nas escolas públicas de Natal/RN.** 115 p. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: 2005.

MARTINS, M. E. MONTEIRO, C., VIANA, J. P. et al. (1997) – **Estatística em EaD– 10º ano de escolaridade.** DES, 2001.

MELO,P.A; LUZ, R.J.P. **A formação docente no Brasil.Seminário Internacional sobre Universidades Virtuais na América Latina e Caribe.** 2005. Disponível em: http://www.oei.es/docentes/info_pais/informe_formacion_docente_brasil_iesalc.pdf

MEC, **Ministério da Educação:** Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em 04 de maio de 2012.

MILANEZ, Liana (org.). **Rádio MEC: herança de um sonho.** Rio de Janeiro: ACERP, 2007.

MONTEIRO, C. G. **O papel educativo dos meios de comunicação.** Disponível em <http://www.ipu.pt/foumeia/3/3fi3.htm>. Acesso em: 28 de maio de 2012.

MOORE, M. G; KEARSLEY, G. **Educação à distância: uma visão integrada.** São Paulo: Thomson Learning, 1990.

NETO. F. J.S. **Educação a Distância: Regulamentação,Condições de Êxito e Perspectivas.**1991. Disponível em:http://www.intelecto.net/ead_textos/lobo1.htm. Acesso em 12 de dezembro de 2012

NISKIER, Arnaldo. **Educação à distância: A tecnologia da esperança.** 2 ed. São Paulo, SP: Loyola, 1999.

NUNES, I. B. **Noções de educação a distância.** 1992. Disponível em: <http://ibase.org.br/ined/ivoniol.html>. Acesso em 23 de maio de 2012.

PANIAGO, Einstein Almeida Ferreira . **Relatório de Contextualização do Desenvolvimento da EAD em Goiás.** In: I Seminário de EAD do Estado de Goiás, 2005, Goiânia.Disponível em <http://www.ead.ucdb.br/index.php?pag=noticias&id=45>. Acesso em 30/10/2012.

PETERS, O. **A Estrutura Didática da Educação a Distância.** São Paulo: Olho d'Água, 1973.

PIMENTEL, N. M. **Introdução a Educação a distância.** Florianópolis. 2006

PINTO, J.M.R. **O acesso à educação superior no Brasil**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.phd>. Acesso em 31/07/2012.

SEED- **Secretária de Educação a Distância- Regulamentação da EaD no Brasil**. Disponível em <http://www.portal.mec.gov.br/sees/index.htm>. Acesso em 03 de maio de 2012.

SENAC- **O Senac nas ondas do rádio**. Disponível em <http://www.sp.sena.br.htm>. Acesso em 23 de junho de 2012.

TEIXEIRA, A. C. **Educação a distância- Fundamentação**. Disponível em: <http://www.usuarios.up.br/~teixeira.htm>. Acesso em 23 de junho de 2012.

UNESCO. **Aprendizagem aberta e a distância: perspectivas e considerações políticas educacionais**. Florianópolis: Imprensa Universitária, UFSC, 1997.

VIANNEY, J.; TORRES, P.; SILVA, E.; A Universidade no Brasil: **Os números do ensino superior à distância no país em 2002**. Seminário Internacional sobre Universidades Virtuais na América Latina e Caribe. 2003. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001398/139898por.pdf>